

# Ulysses, hoje, aciona até governadores

Josemar Gonçalves

Andrei Meireles

Uma mobilização sem precedentes desde o início da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães acionou nas últimas horas os governadores do PMDB e as principais lideranças do partido com o objetivo de assegurar a votação, ainda hoje, do texto constitucional aprovado no primeiro turno, sem prejuízo dos destaques. Todos os partidos progressistas fecharam com Ulysses. A noite, sua reação a uma ameaça à Constituinte, que teria sido articulada pelo Governo e por empresários, já era considerada vitoriosa por dois motivos: o presidente José Sarney, ao contrário do previsto, não ocupou ontem à noite uma cadeia nacional de rádio e televisão para criticar a Constituinte. E o deputado José Lourenço, líder do PFL e porta-voz de uma postura mais radical, recuava de sua pregação de confronto e passava a falar em entendimento.

Ontem pela manhã, Ulysses teve uma longa conversa com Sarney no Palácio da Alvorada. Saiu preocupado e desconfiado: Sarney classificou sua reunião com os ministros militares como rotineira e não revelou que pretendia falar à Nação. De volta ao Congresso, Ulysses acionou as lideranças do PMDB e aconselhou: não deviam estimular o confronto com declarações que elevassem a temperatura política, mas sim mobilizar todo o partido e os aliados para aprovar hoje o texto constitucional. Seria uma resposta afirmativa contra eventuais ameaças ao trabalho da Constituinte.

## Divisão

Depois de diversas conversas com as lideranças de todos os partidos, Ulysses fez um balanço, em encontro com o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB no Senado, pelo qual apenas o PFL estaria praticamente fechado contra o início imediato da votação do segundo turno. Em sua avaliação, o PDS majoritariamente não acompanharia o PFL e o PTB se dividiria. Todos os partidos progressistas o apoiariam. O PT, que seria a exceção, mudou de posição depois de uma reunião de sua bancada, e passou a endossar o bloco liderado por Ulysses que quer aprovar já o texto constitucional.

As principais lideranças do PMDB buscavam, ontem, em sucessivas conversas, tentar identificar a profundidade da nova crise entre o Executivo e a Constituinte. Elas não escondiam sua preocupação com a possibilidade da existência de algum esquema golpista e conspiratório por trás da ofensiva desencadeada pelo Palácio do Planalto. Mas, também, tinham uma interpretação positiva da crise. O papel do PMDB, especialmente o do deputado Ulysses Guimarães, em defesa da Constituinte, poderá sensibilizar a opinião pública e influir a favor de uma solução favorável na crise interna do próprio partido.



Ulysses reuniu líderes partidários e conseguiu apoio dos progressistas para votar hoje o texto aprovado no 1º turno

## Quércia defende o texto da Carta

São Paulo — Numa ação fulminante, e com uma contundência de linguagem surpreendente em seu estilo, o governador Orestes Quércia reagiu, ontem, às tentativas de desestabilização da Assembleia Nacional Constituinte, deu um roteiro sobre como o presidente José Sarney, na sua avaliação, deveria agir e cerrou fileiras na sustentação do deputado Ulysses Guimarães (SP), para que seja mantido o texto constitucional aprovado no primeiro turno.

"O texto não trará ao País tantos problemas quanto tem sido propagado por seus adversários e pela imprensa", avaliou Quércia, um aliado penular do presidente da República, que em alguns momentos fecha com Sarney e em outros se distancia, não abrindo mão de pontos que julga fundamentais, como a reforma tributária que transfere recursos da União para estados e municípios, da qual são um dos principais defensores.

"O Doutor Ulysses — enfatizou — está conduzindo o processo com muita sensibilidade. Por isso eu acredito na manutenção do texto."

## Dias é contra a paralisação

Curitiba — O governador Alvaro Dias disse ontem através de sua assessoria que é contra as manobras do Governo para zerar os trabalhos da Constituinte e que pretende ver estes trabalhos concluídos bem antes de novembro, quando haverá eleições municipais. Ainda segundo a assessoria, Alvaro não vai fazer qualquer pressão junto à bancada peemedebista do Paraná para fazer valer sua posição.

Alvaro viajou ontem para Brasília com outra preocupação: articular a indicação do deputado Hélio Duque para a SG do PMDB.

relativos às conquistas sociais. Doutor Ulysses tem muita sensibilidade para as questões relativas aos trabalhadores".

Com essa declaração, na distante Manduri, região de Avará — centro do estado, a 258 quilômetros da capital — o governador paulista deu o seu apoio à luta travada pelo presidente da Constituinte em favor, no segundo turno, dos itens aprovados no primeiro e que, agora, forças do governo e de diversos setores querem derrubar.

## Avaliação

Quércia pediu que antes de se suprimir esses dispositivos "seja feita uma avaliação de cada item do novo texto constitucional, para se aquilatar realmente o grau de prejuízo que ele traria a cada setor específico do governo". Destacou que o ministro da Previdência Social, Renato Archer, já comunicou ao presidente Sarney que a nova Constituição não trará ao seu setor tantos problemas quanto tem sido alardeado pelos que querem mudá-la. "Assim como o ministro da Previdência, todos os demais Ministérios e setores do governo

devem fazer essa avaliação", destacou Quércia.

O governador paulista não acredita que a campanha eleitoral para o pleito municipal atrase a conclusão dos trabalhos da Constituinte. "Os deputados e senadores sabem que a missão prioritária é concluir o mais rapidamente possível a nova carta", confia Quércia, que garantiu que pelo menos os parlamentares paulistas "estarão presentes e darão quorum" em Brasília, deixando a campanha eleitoral para os fins de semana.

O secretário de Governo, Roberto Rollemberg, de SP, passou a tarde de ontem telefonando, a pedido do governador Orestes Quércia e do presidente nacional do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a todos os deputados federais do PMDB de São Paulo para que compareçam hoje à votação do segundo turno da Constituinte. Com isso, tanto Quércia como Ulysses pretendem evitar que essa votação fique para após as eleições municipais, como está propondo o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço.

## Simon condena a rejeição

Porto Alegre — O governador Pedro Simon classificou de incoerente a proposta de rejeição do texto aprovado no primeiro turno da Constituinte. Ele reconheceu estar ocorrendo um prolongamento exagerado nos trabalhos da Constituinte, mas afirma que isso não é motivo para que se defenda a rejeição total do texto.

Simon não acredita que ocorra um impasse na aprovação do texto, mas alertou que se isso acontecer não haverá outra alternativa senão a convocação de eleições gerais para o Senado, Câmara Federal, governos estaduais ainda este ano, simultaneamente com as mu-

nicipais. O governador gaúcho viajou ontem para Itajaí, acompanhando o arcebispo de Porto Alegre, dom Cláudio Colling, que receberá no Vaticano, de papa João Paulo II, uma imagem de Nossa Senhora.

A imagem será usada em um santuário a ser construído na capital gaúcha. Além deste compromisso religioso, Simon pretende fazer contatos econômicos. Vai gestinar junto a empresários italianos a instalação de uma montadora de automóveis no Rio Grande do Sul e fechar um contrato de exportação de carvão gaúcho.

## Militar admite um novo impasse

Os ministros militares consideram que o País ficará ingovernável, "com o risco de impasse institucional", se os constituintes não fizerem um acordo "patriótico e de alto nível" para retirar do projeto da nova Constituição, aprovado em primeiro turno, alguns "excessos". A opinião dos ministros foi manifestada no domingo à noite, durante encontro com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada.

Ontem à tarde, no EMFA, os ministros da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, da Casa Militar, do SNI e o anfitrião, o chefe do EMFA, em conversas informais com alguns parlamentares, voltaram a manifestar muita preocupação com a votação da nova Constituição. Os ministros disseram aos deputados Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiuza, Nilson Gibson, senador Marcondes Gadelha e outros, que o texto constitucional precisa ser alterado para se evitar graves consequências ao País.

Falando à Agência "Estado", um dos ministros militares afirmou que nenhuma autoridade torce pelo impasse, "mas, se nada for feito, há o receio de que poderemos chegar a isso, há uma situação muito delicada à transição democrática".

O mesmo ministro disse esperar que prevaleça o bom-senso que os constituintes reconhecem que, se a nova Constituição for promulgada como está, o Brasil ficará ingovernável pelo rombo orçamentário de quase três trilhões de cruzados.

Além do custo de três trilhões que a nova Carta provocará, os ministros militares receiam que a emenda arquivando todos os decretos-leis ainda não aprovados pelo Congresso "poderá" provocar o caos, amarrando as mãos do Executivo.

## Capital estrangeiro ataca

Evitando qualquer referência direta aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, as principais associações empresariais brasileiras ocuparam ontem 10 minutos do horário nobre, às 20h30 em cadeia nacional de rádio e televisão, para criticar as propostas de restrição a investimentos externos e discriminação de empresas estrangeiras no País.

Entreando depoimentos de empresários de peso como Mário Amato, José Mindlin e Carlos Rischbieter a imagens do "Brasil Grande" e um slogan forte ("É melhor sem fronteiras"), o programa, patrocinado pela Fiesp, Confederação Nacional da Indústria e Confederações Nacionais do Comércio e Associações Comerciais, procurou reafirmar a tese de que os países mais desenvolvidos do mundo, caminham no rumo da internacionalização da economia, provando com números os benefícios trazidos ao País pelas empresas estrangeiras.

Reafirmando o descompasso entre a colocação do Brasil como oitava economia mundial e a realidade de seus indicadores sociais, evidência das dificuldades econômicas e da necessidade urgente de geração de empregos, um narrador informou que as empresas estrangeiras investiram no Brasil, apenas em 85, 2 bilhões de dólares, e que empregam atualmente cerca de 1 milhão de trabalhadores, ou 19% da mão-de-obra oficialmente ativa, gerando 26% do produto interno industrial e participando, através de impostos, com 40% das receitas públicas. Apenas a mão-de-obra empregada na indústria automobilística,

por exemplo, "gera sozinha 140 mil empregos diretos, e soma da aos setores ligados a ela alcança 3.700 mil empregos, que beneficiam 16 milhões de dependentes. Isto acontece em outros setores", acrescentou, para criticar a seguir as empresas do governo: "Nos últimos anos, tanto as empresas privadas brasileiras como estrangeiras perderam espaço para as estatais".

"Pedir dinheiro lá fora não é uma boa", prosseguiu o locutor, afirmando que a remessa de lucros para o exterior é infinitamente menor que o pagamento de juros da dívida externa. Em 1986, segundo o Banco Central, US\$ 1 bilhão e 200 milhões de remessa contra US\$ 10 bilhões e 55 milhões em juros. "É melhor que o capital externo chegue ao País em forma de investimento", concluiu.

## Parceiros

"O Brasil precisa de parceiros que o ajudem em investimentos e tecnologia", disse Rischbieter, seguido por Mário Amato, para quem, se ignorar o rumo "internacionalista" da economia, o Brasil arrisca-se a se transformar em uma "ilha de pobreza". Durante o programa, houve espaço também para a reprodução de textos de agências noticiosas sobre a abertura dos mercados soviético e chinês ao capital estrangeiro, a fusão da economia europeia prevista para 1992, e para que o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, defendesse ao lado de um operário de empresa não identificada a presença das empresas estrangeiras no País.

# Sarney pressiona no rádio e TV

O presidente José Sarney adiou de ontem para às 20h30 de hoje a fala à Nação, através de uma rede nacional de televisão, na qual pretende fazer um apelo final aos constituintes no sentido de suprimir ou corrigir alguns dispositivos constitucionais que, se aprovados, poderão tornar a economia ingovernável, segundo sua opinião.

A fala presidencial estava prevista para ontem, mas Sarney decidiu adiá-la para ter tempo de analisar com maior cuidado o seu texto final, já que pretende evitar que qualquer das frases, das 15 laudas do pronunciamento, possa servir de motivo para reações inoportunas ou até prejudicar o encaminhamento de algumas questões, através das lideranças do Governo no Congresso.

## Presidente revela os custos

O presidente José Sarney vai dizer hoje à população brasileira, através de cadeia nacional de rádio e televisão, que a aprovação do projeto constitucional, assim como está redigido, custará à União mais de Cz\$ 2,2 trilhões, comprometendo a governabilidade do País. A informação é do senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado.

No pronunciamento, que iria ao ar ontem à noite e foi adiado para hoje às 20h30, o Presidente da República pretende esclarecer à opinião pública e advertir os constituintes sobre as consequências da aplicação de diversos pontos contidos no projeto.

O pronunciamento do presidente José Sarney, conforme Carlos Henrique, "é parte importante, senão fundamental, do esforço que ele acha necessário empreender nessa segunda etapa da Assembleia, no sentido de promover o mais amplo esclarecimento público sobre as consequências da aprovação do projeto constitucional".

mento de algumas questões, através das lideranças do Governo no Congresso.

Ontem, o Presidente reuniu-se, com esse objetivo, em seu Gabinete, com os ministros Costa Couto, Chefe do Gabinete Civil; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Ivan Mendes, do Serviço Nacional de Informações; e o consultor-geral da República Saulo Ramos.

## Oportunidade Final

Ao justificar o adiamento da fala presidencial, o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, observou que "essa é a oportunidade final para que a As-

sembléia Nacional Constituinte possa aperfeiçoar o texto, e dar ao País uma Constituição moderna, capaz de promover o desenvolvimento, o equilíbrio das instituições e a melhoria das condições do bem-estar do povo brasileiro".

Disse mais que "o Presidente vai promover um esclarecimento público e dos constituintes sobre as consequências de alguns preceitos contidos no atual anteprojeto de Constituição".

O porta-voz presidencial explicou ainda que o adiamento do pronunciamento de Sarney se deu por absoluta falta de tempo. "O Presidente esteve ocupado a tarde toda com a rotina das audiências".

96 mudanças importantes, em relação ao projeto aprovado no primeiro turno.

Essas informações foram prestadas pelo senador Marcondes Gadelha, que esteve ontem com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada. Ele, o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e o ministro-chefe do SNI, Ivan Mendes.

Foi Gadelha também quem garantiu que ao Governo não interessa mudar o projeto constitucional como um todo, mas apenas revisar alguns pontos, entre 12 e 15 segundo ele, no máximo.

Negou também que o presidente José Sarney esteja pensando em jogar o projeto de Constituição no "buraco negro" ou em qualquer retardamento na elaboração constitucional, porque o Governo sabe que o arrastamento na Constituinte é prejudicial para a vida do País.

O Presidente compareceu, ontem, no EMFA, à solenidade comemorativa dos 42 anos de sua criação.



Lula garante que PT não ajudará manobra do Planalto

## PT recua e revê posição

O receio de ter sua opção de voto utilizada para reforçar uma manobra que visa a inviabilizar a Constituinte, combinada entre empresários e o Palácio do Planalto, está levando o PT a reconsiderar sua decisão de votar contra o projeto aprovado em primeiro turno. A afirmação foi do líder Luís Inácio Lula da Silva, após reunião ontem à tarde da bancada do PT.

Lula admitiu que a posição do PT é mais tática do que de princípios, e portanto, poderá ser revertida até a hora do início do processo de votação. A condicional — acrescentou — será constatar que os 16 votos da bancada do PT ajudarão o Governo a obter sucesso em sua pretensão de protelar e inviabilizar o processo constituinte.

O projeto de Constituição aprovado em primeiro turno não é a ideal e dos sonhos do PT. Segundo o líder na Constituinte, uma Carta que mantêm intocável as propriedades produtivas, a tutela militar, a estrutura sindical e não promove

a redistribuição de renda "está aquém dos anseios dos trabalhadores", frisou.

## Boicote

O deputado Luís Inácio comentou que, durante reunião das lideranças partidárias com o deputado Ulysses Guimarães, indagou ao presidente da Constituinte se ele realmente acreditava na existência de disposição do presidente Sarney em boicotar o término da Constituição. Ulysses, que tomou ontem café da manhã com Sarney, garantiu aos líderes que não sentiu em nenhum momento intenção do Presidente da República em protelar ou inviabilizar a Constituinte, pelo contrário, estava preocupado em ultimar a sua promulgação. Para Lula, Sarney não vê com bons olhos a perda de poder político em um ano eleitoral, "porque os prefeitos e governadores não precisariam mais ficar de chapéu na mão a implorar em Brasília recursos para seus estados e municípios", completou.

## Líder do PFL desiste de "zerar" tudo

O líder do PFL, deputado José Lourenço, mudou ontem o discurso, afirmando que não quer mais "zerar" a Constituinte. "A mim não interessa zerar tudo. Interessava-me sentar e negociar", afirmou Lourenço, salientando que a política não é estática, e que não deseja manter o discurso "que tinha ontem". Ele frisou, porém, que seu partido não votará o projeto de Constituição enquanto não forem fechados os acordos com o PMDB.

As afirmações do líder pefelista foram feitas após uma reunião com cerca de 15 vice-líderes e coordenadores de bancadas. "Recebi o apoio unânime de todos os nossos companheiros, nessa campanha que nosso partido envolve no sentido de democratizar a Constituinte", afirmou José Lourenço. Segundo ele, depois de uma das duas reuniões que teve ontem com o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nélon Jobim (RS), "abriu-se um amplo espaço para a negociação, para resolver os problemas que estão gerando impasse".

A bancada do PFL, no entanto, não quer "zerar por zerar" a Constituinte. "Lourenço sentiu que a bancada não quer isso", afirmou o deputado Benito Gama (PFL-BA), ao deixar a sala do líder pefelista. Segundo ele, os deputados frentistas querem maiores informações sobre o que é ou não prejudicial. "Queremos por exemplo, na questão da Previdência, saber quem está certo, o ministro ou o Presidente", acrescentou Gama.

## Novo plano

Mas a bancada está preocupada com o que chama de "novo plano cruzado". "A Carta pode ser um engodo eleitoral", afirmou Benito Gama, que acha que o PMDB "está usando o texto" na campanha para as eleições municipais de novembro. José Lourenço voltou a ressaltar sua crença no entendimento. "Amanhã (hoje) vamos estar no mérito das questões", salientou.